

A separação entre o político e o econômico no capitalismo

as abordagens de N. Poulantzas e J. Hirsch

Danilo José Dalio

Como citar: DALIO, D. J. A separação entre o político e o econômico no capitalismo: as abordagens de N. Poulantzas e J. Hirsch. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 53-57. DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p53-57>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A separação entre o político e o econômico no capitalismo: as abordagens de N. Poulantzas e J. Hirsch

Danilo José Dalio*

A separação do econômico e do político não é simplesmente um problema teórico, mas também prático. A teoria marxista ocupa-se dessa questão de uma maneira crítica, quer dizer, enquanto condição fundamental da dominação burguesa na sociedade capitalista. Isso não significa que haja um consenso acerca do tema dentro do marxismo; ao contrário, são abordagens distintas que prevalecem.

Com a crise capitalista dos anos 1960, as possibilidades de ação e as limitações do Estado passaram a exigir novas reflexões acerca das leituras até então predominantes. As transformações em voga não apontavam apenas para uma rigorosa sistematização teórica, mas representavam também exigências requeridas pela prática: de um lado, pelos sérios questionamentos da política intervencionista estatal e sua habilidade para resolver os problemas do capital; de outro, pela ascensão dos partidos comunistas em vários países da Europa Ocidental e a possibilidade de amparar-se no aparelho estatal para efeito de uma transição ao socialismo. Enfim, um questionamento sobre o desenvolvimento da forma e das funções do Estado no capitalismo contemporâneo. Esse é, portanto, o contexto histórico que impulsionou o interesse pela teorização do Estado nos anos 60 e 70, tanto na Alemanha de Altvater e Hirsch (entre outros) quanto na França de Althusser e Poulantzas. Uns como os outros, em geral, vislumbraram incorporar as transformações capitalistas à teoria marxista, tentativa até aquele momento insuficientemente realizada pelos intelectuais da chamada 'teoria do capital monopolista de Estado'.

A importância da contribuição da teoria derivacionista do Estado de Hirsch e da teoria estruturalista do Estado de Poulantzas não reside unicamente na maneira singular de tratar a discussão da separação entre o político e o econômico, mas igualmente no fato de ser uma crítica àquelas teorias que pretendem representar a teoria marxista do Estado.

Uma delas é a leitura *economicista*, que consiste em considerar outros níveis da realidade social como epifenômenos reduzíveis a uma base econômica, e que toda ação política deva ter na economia seu objetivo principal; daí a elaboração de um estudo específico do Estado ser algo supérfluo¹. Além do *economicismo*, Poulantzas bem como Hirsch opuseram-se à leitura instrumentalista presente na 'Teoria do Estado Monopolista', para a qual o Estado se apresenta como um mecanismo que o capital monopolista utiliza diretamente para satisfazer e garantir seus próprios interesses. Outra, com um viés reducionista, tenta definir o caráter do Estado deduzindo-o da abstração de elementos estruturais isolados, ou de algumas citações

* Mestrando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - Turma 2007.

¹ POULANTZAS (1982, p. 220)

tomadas emprestadas dos clássicos, sobre a essência do Estado burguês de classe. Tais posições teórico-políticas, acredita Hirsch, encobrem a importância que os processos políticos no âmbito do Estado têm para a compreensão do desenvolvimento das lutas de classes, subtendendo assim uma polarização simples dentre a classe operária e o Estado.²

Para Holloway e Picciotto³, o debate alemão se contrapõe a dois blocos de teorias, nas quais se enquadram, grosso modo, as 'teorias marxistas do Estado': por um lado, aquelas que atribuem pouco ou nenhuma atenção ao Estado, à especificidade do político, e argumentam (ou mais freqüentemente assumem) que a ação do Estado flui mais ou menos diretamente das exigências do capital, sendo acusadas de *reduccionismo* ou *determinismo econômico*; por outro, encontram-se aquelas análises que reagem a esta última insistindo sobre a *autonomia relativa* do político, negando (ou mais ou menos negligenciando) a necessidade dos teóricos da política atentarem para as condições da acumulação do capital, sendo por isso denominadas de *politicistas*. Aqui, portanto, uma referência explícita à abordagem de Poulantzas.⁴

Quanto ao posicionamento epistemológico de cada intelectual dentro do pensamento marxista, mais precisamente a interpretação da obra de Marx e, em especial, a leitura de "O Capital", embora ambos considerem que essa obra tem como foco principal e exclusivo o modo de produção capitalista e, portanto, o processo de acumulação de capital, discordam quanto à forma com que os "outros níveis" nela se apresentam. Enquanto Poulantzas defende que o Estado, por exemplo, apenas encontra-se presente no 'Capital' pelos efeitos causados sobre a economia e, nesse sentido, indica a passagem que trata da 'legislação fabril', Hirsch acredita que em nenhuma passagem da obra é possível encontrar um "princípio sistemático para o desenvolvimento de uma teoria do Estado", mas somente a forma pela qual as relações de classes da sociedade se reproduzem de modo ampliado.

Isso não quer dizer, todavia, que o 'Capital' seja fundamentalmente uma análise do nível econômico e de seus respectivos conceitos (valor, mais-valia, acumulação). Ao contrário disso, já no "Prefácio à Crítica da Economia Política", Marx alertava para o fato de que as 'formas políticas' somente podem ser entendidas quando relacionadas à 'anatomia da sociedade civil'⁵. Aqui, portanto, reside uma diferença importante entre Hirsch e Poulantzas. Enquanto aquele procura (re) construir sistematicamente, a partir de categorias materialistas históricas desenvolvidas por Marx em sua análise daquela 'anatomia' no 'Capital', uma teoria marxista do Estado, este por sua vez considera o econômico como objeto específico e autônomo de ciência, investigado por Marx em 'O Capital'; por isso mesmo 'o político' deve se constituir também como objeto autônomo de ciência, com conceitos específicos a este nível. Este desafio Poulantzas procura superar amparando-se nos 'conceitos políticos' desenvolvidos em fragmentos nos escritos de Marx, inclusive em partes do 'Capital', como na passagem sobre a legislação fabril, empreitada esta sintetizada por Poulantzas como 'teoria regional do político', justificada com referência à característica autônoma do econômico e do político no modo capitalista de produção: "[...] se *O Capital* nos oferece indiretamente os

² HIRSCH (1977, p. 85)

³ HOLLOWAY & PICCIOTTO (1977)

⁴ A resposta às acusações de 'politicismo' encontra-se em POULANTZAS (1980, p. 58-9)

⁵ Passagem esta lembrada por HOLLOWAY & PICCIOTTO (1977, p. 3)

traços conceituais do Estado capitalista precedentemente analisados, as obras políticas oferecem-nos os da unidade e da autonomia relativa desse tipo de Estado".⁶

Daí resulta, então, outra diferença fundamental entre Poulantzas e Hirsch. Para este o processo de acumulação de capital aparece como elemento central para a compreensão das formas e funções do Estado, e a lei da tendência de queda na taxa de lucro seu motor principal; naquele, de outro modo, a dinâmica essencial repousa sobre a luta de classes e seu deslocamento para a arena política, responsável pelo desenvolvimento das formas políticas a partir tanto das lutas entre frações da classe dominante como entre a classe operária (e suas frações) e a classe dominante como um todo. Essa diferença, assevera Martin Carnoy,⁷ é que leva a interpretação de Hirsch a destoar de Gramsci, Althusser e Poulantzas, os quais vêem o papel fundamental do Estado como muito mais ideológico e repressivo do que econômico. Por outro lado, os meios ideológicos disponíveis ao Estado (e ao setor privado) para legitimar a exploração dos trabalhadores e a ação do Estado contra a classe operária e os capitais individuais são pouco discutidos por Hirsch, deixando o Estado capitalista dependendo inteiramente de recursos econômicos.⁸

A separação entre o político e o econômico, enquanto característica estrutural da sociedade burguesa, coloca-se nas abordagens de Hirsch e Poulantzas sob ângulos distintos: no primeiro aparece como 'particularização do político' e, no outro, como 'autonomia' relativa real das instâncias.

Em Hirsch a relação entre o econômico e o político aparece como formas específicas das relações sociais capitalistas, isto é, a especificidade do político e o desenvolvimento das formas políticas estão ancorados firmemente na análise da produção capitalista, ressalta-se: enquanto unidade na separação de diferentes esferas. Assim, as atividades do Estado são limitadas e estruturadas pela pré-condição de sua própria existência: a necessidade de assegurar a acumulação continuada do capital.

Em síntese, o Estado representa o "ponto de cristalização contraditório" da luta de classes, e esta não é senão a própria "acumulação do capital enquanto reprodução ampliada das relações de exploração através da exploração". Nesse sentido, a "lei da queda tendencial da taxa de lucro", enquanto lei central da acumulação capitalista, constitui-se como o "ponto de partida fundamental para uma teoria do movimento de classe e, portanto, dos processos políticos no seio do aparelho de dominação burguês".⁹

Poulantzas, por outro lado, enfatiza o político como um objeto autônomo de estudo, extrapolando a definição da corrente althusseriana para quem a autonomia das estruturas do modo de produção é antes uma exigência de ordem epistemológica; para ele, a autonomia decorre de uma realidade concreta das instâncias na prática social total: "[...] essa unidade e autonomia do tipo capitalista de Estado reporta-se à especificidade das suas estruturas – relativamente

⁶ POULANTZAS (1977, p. 254). Cf. HOLLOWAY & PICCIOTTO (1977) e CARNOY (2005)

⁷ CARNOY (2005, p. 168)

⁸ CARNOY (2005, p. 190-91)

⁹ HIRSCH (1977, p. 97)

autônoma face ao econômico – na sua ligação com a *luta política de classe* – relativamente autônoma face à luta econômica de classe”.¹⁰

Em um intervalo de dez anos, Poulantzas (re)elabora suas sistematizações primeiras, ampliando assim a conceituação de Estado. Em “Poder Político e Classe Sociais” (1968), o Estado reproduz a estrutura de classes porque é uma articulação das relações econômicas de classe, na esfera política. A forma e função do Estado, nesse sentido, moldam-se pela estrutura das relações de classe.¹¹ A autonomia e coesão do poder político, enquanto aspectos inerentes ao Estado capitalista, implicam na definição do Estado capitalista como um Estado de classe e, ao mesmo tempo, independente da luta de classes na produção. A autonomia relativa das instâncias, não apenas da estrutura política, representa uma característica específica do modo de produção capitalista, a qual se dá pela não intervenção do político (ou Estado) no processo de produção e igualmente na reprodução ampliada das relações de produção.¹²

No segundo momento, em “O Estado, o poder, o socialismo (1978)”, Poulantzas amplia o conceito de Estado, como produto e modelador das relações objetivas de classe. O Estado apresenta-se ainda relativamente autônomo da estrutura econômica, como condição da própria dominação de classe. Agora, porém, mais do que em seu primeiro trabalho, com o deslocamento da luta de classes do econômico para a arena política, o próprio Estado se torna o objeto da luta; torna-se, segundo Poulantzas, a “[...] a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe”.¹³

Guardada as devidas diferenças, tanto para Hirsch como para Poulantzas, o conteúdo do interesse do Estado e as ações concretas dos grupos governamentais para a reorganização das relações de classe são determinados pelas relações de poder entre as classes e as frações da classe dominante, no âmbito da luta de classes.

REFERÊNCIAS

CARNOY, M. *Estado e teoria política*. 11ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

CLARKE, S. Marxism, Sociology and Poulantzas' Theory of the State. *Capital & Class*, n. 2, 1977. p. 1-31

¹⁰ POULANTZAS (1977, p. 253). Cf. SAES (1998, p. 10). Não obstante, pondera Saes, a matriz prática do modo de produção, em operação nas análises que compõem ‘Poder Político e Classes Sociais’, é a que aponta a implicação recíproca – ou interdependência – das estruturas econômica e jurídico-política.

¹¹ CARNOY (2005, p. 129)

¹² De acordo com Décio Saes, Poulantzas quanto trata da autonomia relativa das instâncias troca sutilmente de níveis, ou seja, está-se falando das implicações dos aparelhos de Estado e não da estrutura jurídico-política. As estruturas econômicas e jurídico-políticas se entrelaçam ao produzir efeitos sobre os agentes da produção. Nesse sentido, não há qualquer ação dos aparelhos de Estado sobre a reprodução das relações de produção e o processo de produção, pois o aparelho estatal capitalista (a materialidade da estrutura jurídico-política) “ao manter recorrentemente o quadro ideológico e político que induz o produtor direto a prestar por sua livre e espontânea vontade sobretrabalho ao proprietário dos meios de produção”, não necessariamente ‘intervém’ no aparelho econômico produtivo. SAES (1998, p. 57)

¹³ POULANTZAS (1980, p. 148)

HIRSCH, J. Observações teóricas sobre o Estado burguês e sua crise. In POULANTZAS, N (dir.). *Estado em Crise*. RJ: Graal, 1977. p. 85-111

_____. O problema da dedução da forma e da função do Estado burguês. In REICHELT, H. et.al (org.), *A Teoria do Estado: Materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado*. RJ: tempo brasileiro, 1990. p. 143-158

_____. Qué significa Estado? Reflexiones acerca de la Teoria del Estado Capitalista. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 24, Jun. 2005. p. 165-175

HOLLOWAY, J. & PICCIOTTO, S. Introduction: Towards a Materialist Theory of the State. In ____ (org.). *State and Capital: A Marxist Debate*. London: Edward Arnold, 1977. p. 1-31

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo* (1978). RJ: Graal, 1980.

_____. *Poder Político e Classe Sociais* (1968). SP: Martins Fontes, 1977.

_____. O Problema do Estado Capitalista (1969). In BLACKBURN, R. (org.). *Ideologia na Ciência Social: ensaios críticos sobre a teoria social*. RJ: Paz e Terra, 1982. p. 219-241

SAES, D. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. *Crítica Marxista*, n. 7, 1998. p. 46-66

WOOD, E. The Separation of the Economic and the Political in Capitalism. *New Left Review*, n.127, 1981. p. 66-95